

*Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra
Francimeire Sales de Souza
Jonas Marques da Penha
William Jônatas Vidal Coutinho*

Educação em Foco: Letramentos e Acessibilidade no Ensino



Atena
Editora

Ano 2020

*Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra
Francimeire Sales de Souza
Jonas Marques da Penha
William Jônatas Vidal Coutinho*

Educação em Foco: Letramentos e Acessibilidade no Ensino



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Luiza Batista

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação em foco [recurso eletrônico] : letramentos e acessibilidade no ensino / Organizadores Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra... [et al.]. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-180-0 DOI 10.22533/at.ed.800201307</p> <p>1. Alfabetização. 2. Aprendizagem. 3. Educação. I. Guerra, Avaetê de Lunetta e Rodrigues. II. Souza, Francimeire Sales de. III. Penha, Jonas Marques da. IV. Coutinho, William Jônatas Vidal. CDD 372.4</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

PREFÁCIO

A Educação vem passando por diversas transformações ao longo dos anos e acompanhar esse processo é algo fundamental, pois a evolução do conhecimento precisa estar em constante seguimento. Nessa conjuntura, algumas áreas passaram a ter maior destaque entre elas a tecnologia e a educação inclusiva que aliadas formam uma base necessária para o desenvolvimento educacional do país. Este livro, nos seus 10 capítulos, integra áreas do conhecimento de forma multidisciplinar, abordando temas referentes à inclusão, acessibilidade e letramentos no ensino. Traz contribuições que envolvem pesquisas na perspectiva dos estudos em Libras, Geografia, Matemática, Pedagogia e áreas afins.

O ousar de educadores em pesquisar e repensar suas práticas para a melhoria da qualidade da educação básica, superior e tecnológica se constitui em conduta exemplar, por reconhecer que práticas inclusivas dependem da ação conjunta e dialógica. Essa ação, surge de uma atitude individual motriz pela diferença. Trazemos em “Educação em Foco” a confirmação que o uso de tecnologias para a acessibilidade educacional direcionada a todos é possível para aquele que se permite repensar suas práticas e modificá-las nas interações sociais que permeiam o âmbito educacional. Destarte, os autores buscam estabelecer pontes entre o conhecimento interdisciplinar e práticas pedagógicas convidando você a uma reflexão crítica que o conduzirá a superação de obstáculos educacionais.

Os autores,

Avaeté de Lunetta e Rodrigues Guerra
Francimeire Sales de Souza
Jonas Marques da Penha
William Jônatas Vidal Coutinho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
UMA BREVE CONSIDERAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS	
William Jônatas Vidal Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.8002013071	
CAPÍTULO 2	20
OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS NO BRASIL	
Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra	
Janaína Aguiar Peixoto	
DOI 10.22533/at.ed.8002013072	
CAPÍTULO 3	34
PERCEPÇÕES DO NAPNE COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO NO IFRR/CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE	
Francimeire Sales de Souza	
Michele Oliveira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8002013073	
CAPÍTULO 4	44
ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO SIGNWRITING	
William Jônatas Vidal Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.8002013074	
CAPÍTULO 5	52
INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA AO ESTUDANTE SURDO NO CONTEXTO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL (FIC) DE PRODUÇÃO DE ROTEIRO E VÍDEO PARA CURTA METRAGEM	
William Jônatas Vidal Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.8002013075	
CAPÍTULO 6	59
CIBERCULTURA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: LETRAMENTO DIGITAL COMO POTENCIALIDADE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	
Jonas Marques da Penha	
Larissa Germana Martins de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.8002013076	
CAPÍTULO 7	72
ENSINO DE GEOGRAFIA: CATEGORIAS DE ANÁLISE E PERCEPÇÕES DO ESPAÇO DE VIVÊNCIA PELOS ALUNOS	
Jonas Marques da Penha	
Josandra Araújo Barreto de Melo	
Rucélia Patricia da Silva Marques	
DOI 10.22533/at.ed.8002013077	
CAPÍTULO 8	87
A CARTOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM ESTUDO ACERCA DO LETRAMENTO CARTOGRÁFICO DISCENTE	
Jonas Marques da Penha	
Alexsandra Cristina Chaves	

DOI 10.22533/at.ed.8002013078

CAPÍTULO 9	99
MATEMÁTICA E SEUS PARADIGMAS: FORMAÇÃO DOCENTE E DESAFIOS FRENTE AO ENSINO MÉDIO Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra DOI 10.22533/at.ed.8002013079	
CAPÍTULO 10	106
O ENSINO DA MATEMÁTICA PARA ALUNOS SURDOS E A INFLUÊNCIA DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra DOI 10.22533/at.ed.80020130710	
SOBRE OS ORGANIZADORES	111
ÍNDICE REMISSIVO	113

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS NO BRASIL

Avaeté de Lunetta e Rodrigues Guerra
Janaína Aguiar Peixoto

Desde as primeiras obras traduzidas, até a contemporaneidade com as traduções mais complexas, compreendemos a importância da fidelidade da informação repassada da língua fonte para a língua alvo no contexto linguístico, sempre em busca de transmitir o significado original de forma eficaz e sem distorções no outro idioma. E é pensando nisso que iremos abordar esta temática, buscando um melhor entendimento acerca da formação profissional dos Tradutores/Intérpretes de Libras no Brasil, que está diretamente ligada aos resultados e ao desempenho gerado na prática da tradução/interpretação entre as duas línguas (Libras/Língua Portuguesa). Discutiremos a questão da formação dos Intérpretes de Língua de Sinais - ILS no Brasil, com o objetivo de contribuir para que as reflexões acerca da temática nos façam pensar em estratégias futuras para uma melhor construção da qualificação e elaboração de cursos com propriedade para formar tradutores/intérpretes no nosso país.

Utilizaremos como referencial uma das principais obras pertencentes a Libras (Tradução/Interpretação): de Quadros (2004), objetivando analisar como se dá O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais

e Língua Portuguesa todo o processo de formação profissional/acadêmica dos (ILS) e esclarecendo diversos pontos no tocante à informalidade da construção profissional. “Qual o nível de formação destes intérpretes?” (QUADROS, 2004 p. 58). O trabalho pretende retratar aspectos importantes relativos à profissão, bem como o nível de formação dos intérpretes no nosso país.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Poucos sabem, mas o Brasil possui duas línguas regulamentadas por lei, a Língua Portuguesa, que é o idioma oficial da República Federativa do Brasil, e a Libras (Língua Brasileira de Sinais), que é utilizada pela comunidade surda do território brasileiro e que de acordo com Quadros (2004, p.19) “A língua brasileira de sinais é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda brasileira”. Foi devidamente oficializada pela Lei 10.436/2002 e posteriormente regulamentada pelo Decreto 5.626/2005 que é bem mais abrangente, no tocante à Língua Brasileira de Sinais, pois menciona aspectos referentes a inclusão da Libras como disciplina curricular, formação dos instrutores e professores de Libras, uso e

difusão da mesma e da modalidade escrita para o acesso das pessoas surdas à educação, garantia dos direitos à educação e saúde dos surdos, e finalmente, o ponto chave do nosso trabalho, a formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa.

Os estudos sobre a língua foram iniciados no nosso país por Gladis Knak Rehfeldt¹ (A língua de sinais do Brasil, 1981), além dos estudos de Lucinda Ferreira Brito que publicou artigos e pesquisas em 1995, juntamente com as atividades dirigidas pela Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo (FENEIS) que colaboraram para o devido reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como uma língua de fato oriunda do Brasil.

Ao longo do tempo, muitos imaginaram que a Libras era apenas uma linguagem para se estabelecer uma comunicação com os surdos através dos gestos, fato este totalmente errôneo, visto que a mesma é uma língua natural tal como as várias existentes no mundo, com estrutura semântica, sintática e morfológica. Vale salientar que a Língua Brasileira de Sinais teve origem na Língua de sinais Francesa, e que não é universal, portanto, cada país possui seu idioma próprio utilizado pelos surdos, exemplo: Brasil (Libras), Estados Unidos (ASL), etc.

Como uma língua percebida pelos olhos, a língua brasileira de sinais apresenta algumas peculiaridades que são normalmente pouco conhecidas pelos profissionais. Perguntas sobre os níveis de análises, tais como, a fonologia, a semântica, a morfologia e a sintaxe são muitos comuns, uma vez que as línguas de sinais são expressas sem som e no espaço (QUADROS, 2004 p. 20).

A Tradução/Interpretação - o ato de interpretar envolve questões cognitivas-linguísticas como: prudência, assimilação, memória, perspicácia, equilíbrio, criatividade, raciocínio e linguagem, ou seja, finalidade comunicativa específica por línguas distintas e está incluído na interação comunicativa social e cultural. Além disso, o intérprete tem o dever de respeitar o Código de Ética, preceito fundamental dentro da profissão de ILS.

Existem correlações e dissensões entre a prática de traduzir e interpretar, porém, tanto o tradutor quanto o intérprete precisam tomar decisões e conhecer a cultura das línguas envolvidas para ter um bom desempenho. Para alguns autores a tradução é caracterizada da seguinte maneira:

Uma tradução sempre envolve uma língua escrita. Assim, poder-se-á ter uma tradução de uma língua de sinais para a língua escrita de uma língua falada, da língua escrita de sinais para a língua falada, da escrita da língua falada para a língua de sinais, da língua de sinais para a escrita da língua falada, da escrita da língua de sinais para a escrita da língua falada e da escrita da língua falada para a escrita da língua de sinais (QUADROS, 2004, p. 09).

A interpretação da Libras ocorre de duas formas: Simultânea, quando o ILS processa a informação, repassando para a língua alvo logo em seguida, e consecutiva, quando o profissional obtém a informação e repassa posteriormente para o outro idioma.

O profissional Tradutor/Intérprete de Libras, de acordo com Quadros (2004, p. 27);

[...] o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado

1. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>

para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa. Ele também pode utilizar outras línguas como o inglês, o espanhol, a língua de sinais americana e fazer a interpretação para a língua brasileira de sinais ou vice-versa.

A jornada dos ILS aqui no Brasil começou por volta dos anos 80 nos trabalhos religiosos, contando com o voluntariado de alguns intérpretes da época. Em 1988 e 1992 realizou-se, respectivamente, o I e II Encontro nacional de Intérpretes de Língua de sinais organizado pela FENEIS que proporcionou o engajamento dos ILS e diversas discussões sobre temas relevantes a profissão, mas foi em 1 de Setembro de 2010 que ocorre o ápice da categoria: é sancionada a Lei nº 12.319 que regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete de Libras, em seu Art. 1º diz: “Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.”

A Lei Nº 12.319 de 1º de setembro de 2010, uma das grandes conquistas, senão a maior, dos Tradutores/Intérpretes de Libras, foi a regulamentação da lei 12.319/10 que norteia a profissão dos ILS, estabelecendo aspectos legais no que diz respeito à formação, atribuições, direitos e deveres destes profissionais. A primeira turma de Bacharéis ILS, iniciou o curso em 2008, antes da lei 12.319/10, portanto, a formação dos intérpretes ainda estava começando com cursos de educação profissional, extensão universitária e de formação continuada, o que nos faz crer que além da carência de profissionais, também existiam poucos habilitados para atuar, visto que os cursos mencionados anteriormente são de 120hs, 180hs, o que não torna o ILS suficientemente hábil para exercer suas atribuições.

Um dos aspectos relevantes na criação da legislação própria foi a abordagem direta às questões do código de ética dos profissionais intérpretes relativas à honestidade, preconceito, imparcialidade e conduta deles, fatos que viabilizam uma maior credibilidade da área, que aos poucos vai ganhando espaço no cenário nacional. Hoje o Brasil conta com o trabalho de centenas de Intérpretes de Língua de Sinais, atuando pela união, estados e municípios e nas mais diversas áreas, sendo a maior e mais abrangente, a educação. Vejamos o que diz a lei 12.319/10:

- Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
- Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.
- Art. 3º (VETADO).
- **Art. 4º** A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:
 - **I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;**

- **II - cursos de extensão universitária; e**
- **III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.**
- **Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.** [Grifo nosso]
- Art. 5º Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.
- Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.
- Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:
 - I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
 - II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
 - III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
 - IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e
 - V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.
- Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:
 - I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;
 - II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;
 - III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;
 - IV - pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;
 - V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social,

independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

- VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.
- Art. 8º (VETADO)
- Art. 9º (VETADO)
- Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Algumas pesquisas como a de Leite (2009) mostram que a participação do ILS em sala de aula não atende todas as necessidades de aprendizagem dos alunos surdos, pois é praticamente impossível um só intérprete dominar todos os termos técnicos e temas trabalhados em sala de aula, e para piorar a situação, existem muitos intérpretes que não têm formação e qualificação adequada para a função, pois a maioria se qualifica em uma especialidade e atua em praticamente todas as áreas, o que torna o trabalho bastante árduo e sem a devida qualidade.

Nessa perspectiva, seria necessário repensar as questões das formações para Intérpretes em áreas específicas, já que ele é preparado nos cursos ou academicamente de um modo geral sem preocupação com a área e atuação em que irá trabalhar. É importante o crescimento de debates e questionamentos relativos à profissão de ILS, pois as áreas existentes que os Tradutores/Intérpretes de Libras atuam são muito abrangentes, seja na área educacional, política, ambientes religiosos, área jurídica, reuniões técnicas, programas de Tv etc.



Imagem 1 – ILS na política

Fonte: <https://bit.ly/2z1MILR>



Imagem 2 – ILS educacional

Fonte: <https://bit.ly/2FsSziG>



Imagem 3 - ILS na religião

Fonte: <https://bit.ly/2RRpKho>



Imagem 4 – ILS na atividade televisiva

Fonte: <https://bit.ly/2JZzVhl>



Imagem 5 - ILS na atividade jurídica

Fonte: <https://bit.ly/2DBrDfg>



Imagem 6 – ILS na atividade técnica

Fonte: <https://bit.ly/2PSDs6l>



Imagem 7 – ILS na área de saúde

Fonte: <https://bit.ly/2B2AO5K>

Pensando nisso, percebemos a necessidade de uma formação específica (por área de atuação), para que o profissional se qualifique de forma integral na sua modalidade, evitando falhas na sua atuação, exercendo suas atribuições com qualidade e desempenhando sua fluência da melhor forma possível.

É impossível não pensarmos no futuro quando falamos em formação de intérpretes. Percorremos uma longa jornada desde o surgimento dos primeiros trabalhos na área de tradução/interpretação até “a presença de intérpretes de língua de sinais em trabalhos religiosos iniciados por volta dos anos 80” (QUADROS, 2004 p. 14), e essa caminhada não irá parar, pois com as políticas inclusivas a tendência é um contínuo crescimento da área (Libras) e também das formações, seja de professores ou do campo de trabalho dos ILS. Algumas questões inseridas por (Quadros, 2004), referentes à formação dos Intérpretes foram levantadas:

- (1) Qual o nível de aceitação da língua de sinais na comunidade em geral (órgãos governamentais, escolas, igrejas, associações de surdos, instituições que atendem os surdos, famílias, professores, os próprios surdos)?
- (2) Quais as oportunidades sociais que a comunidade surda encontra em seu meio? Os surdos são incentivados a se organizarem? É dado espaço aos surdos para se manifestarem?
- (3) Qual a atitude da comunidade em geral diante do intérprete (órgãos governamentais, escolas, igrejas, associações de surdos, instituições que atendem os surdos, famílias, professores, os surdos, os próprios intérpretes)?
- (4) Os surdos sabem usar todas as possibilidades de atuação de um intérprete? Existe preocupação em oferecer essas informações?
- (5) Qual o nível de integração existente entre os surdos e os intérpretes?
- (6) Quem são os intérpretes de língua de sinais?
- (7) Quais as condições que são oferecidas a esses intérpretes para atuarem?
- (8) Qual o nível de formação destes intérpretes?
- (9) Quais são os objetivos em um curso de formação de intérpretes?
- (10) Quem forma os intérpretes do futuro?
- (11) Quem oferece a certificação dos intérpretes?
- (12) Em que nível deve ser a formação dos intérpretes no Brasil?
- (13) Quem formará estes intérpretes?

Precisamos analisar todas essas questões, com o objetivo de não cometer as mesmas falhas do passado nem do presente, e que a formação dos Tradutores/Intérpretes de Libras possa ser cada vez mais eficaz, com a oferta de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação de qualidade, formando profissionais capazes de atuar nas mais variadas áreas, respeitando o código de ética e exercendo um trabalho cada vez mais produtivo.

METODOLOGIA

O Capítulo apresentado foi escrito utilizando a abordagem qualitativa, com objetivos investigativos, como define Minayo (2003, p. 16-18):

A metodologia de pesquisa qualitativa para Minayo é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. A pesquisa é assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade.

O presente estudo foi desenvolvido baseado em uma linha de pesquisa qualitativa, com o objetivo de contribuir com a busca de soluções referentes ao tema abordado, pois novas ideias podem ser utilizadas com a discussão do problema, de forma exploratória, contribuindo para uma diferente visão, estimulando o desenvolvimento da área em questão.

A metodologia utilizada foi a mais adequada, visto que utilizamos levantamentos feitos a partir de artigos científicos, livros e outras fontes bibliográficas, segundo Gil (2008, p.50):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

A finalidade principal da pesquisa foi identificar elementos que incorporam uma maior valia à formação profissional do Tradutor/Intérprete de Libras, dando uma maior importância à aptidão dos mesmos, buscando estratégias para um maior engajamento na busca por melhorias profissionais e quais indicadores seriam necessários para uma melhoria nos níveis de qualificação na referida área em questão.

Por muitas décadas os intérpretes de Libras tiveram uma formação empírica e esta atividade era desenvolvida por familiares de surdos, participantes de comunidades religiosas e simpatizantes da causa. Tendo em vista o grande número de questionamentos em relação à validade de se intitular Intérprete de Libras, por vezes concedido pela própria comunidade de surdos foi necessário pensar em sua formação (ALBRES, 2011).

No Brasil, embora o ofício da profissão de Tradutor/Intérprete de Libras – Língua Portuguesa exista a bastante tempo, foi apenas em 2005, com a promulgação do Decreto nº 5.626, que a indispensabilidade de formação profissional dos ILS foi documentada oficialmente. Contudo, apesar do desenvolvimento advindo deste Decreto, no tocante à

estruturação profissional dos Tradutores/Intérpretes, poucos debates foram iniciados no que se refere às direções que irão orientá-la.

É imprescindível salientar que apenas a fluência na Libras não torna alguém capaz de atuar na área, visto que a competência tradutória é algo bem mais complexo, que exige técnicas específicas que não podem ser ignoradas (ALMEIDA; LODI, 2009), adverte que: “uma cópia de significados dados na língua de origem à espera de um profissional que venha escolher construções formais adequadas, que se aproximem daquelas da língua em que os enunciados que foram produzidos”.

A formação dos Tradutores/Intérpretes de LIBRAS tem se efetivado, nos últimos anos, por meio de uma política ainda em implantação em todo o Brasil. Vejamos o que trata o Decreto 5.626 que regulamenta a Lei 10.436/2002, no que diz respeito profissionalização do intérprete de Libras em nível superior e médio. O capítulo V dispõe: Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa. O Decreto 5626/2005, informa que para atender a demanda caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil conforme os itens no artigo 19º:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior; II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental.

O exame de proficiência, Prolibras, foi criado com o objetivo de realizar, por meio de exames de âmbito nacional, a certificação de proficiência no uso e ensino de Libras e na tradução e interpretação, o mesmo é uma combinação de um exame de proficiência propriamente dito e uma certificação profissional proposto pelo Ministério da Educação como uma ação concreta que foi prevista no Decreto 5.626/05 e tem por objetivo avaliar a compreensão e produção na língua brasileira de sinais – Libras. Segundo o MEC, entre os anos de 2006 a 2010 foram certificados 6.101 profissionais para interpretação/tradução e para o uso e ensino da Libras, um número considerado muito baixo, pela demanda de surdos existentes em nosso país.

A maioria dos profissionais que trabalham como intérpretes não tem formação específica na área, tendo a certificação de cursos intermediário e/ou certificação do Prolibras, atuando no ensino superior, na Graduação, Especialização, Mestrado ou Doutorado e muitas vezes não possuem o referencial necessário para trabalhar os conteúdos ministrados em sala de aula.

Na 6ª edição do Prolibras (2013), houve 94,3% de reprovação em todo o Brasil, o que nos faz pensar que a oferta de cursos e formação adequada dos ILS no Brasil ainda deixa muito a desejar e, quanto aos que são contratados tendo Certificação do Prolibras, precisa-se também refletir sobre as especificidades da atuação desse profissional no espaço educacional, pois Segundo Quadros (2009) – “é interessante trazer a atenção, pois muitos pensam que basta ser certificado no Prolibras.”. **O exame Prolibras não substitui a formação** em todos os níveis educacionais. [...] o exame Prolibras vem resolver uma demanda de curto prazo. (QUADROS, 2009, p. 23, Grifo nosso).

O Prolibras não substitui os cursos de graduação para a formação de professores de Libras e de tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa. Porém, os aprovados recebem a certificação que os “credenciam”, para o exercício da profissão. É um exame que tanto habilita quanto certifica a proficiência.

Fica bastante claro em nossa análise que não basta obter o certificado de proficiência (Prolibras) para atuar de forma direta nos diversos ambientes em que a Libras se encontra, pois existem diversas divergências quanto ao exame como única forma de certificação, pois o Prolibras seria uma solução a curto prazo, visando certificar profissionais proficientes enquanto os cursos de Bacharelado em Letras Libras se adequavam a crescente demanda nacional de inclusão. Outro ponto em questão, é o fato do exame de proficiência ter sido planejado de acordo com o decreto 5.626/05 para ocorrer em 10 edições (2005 à 2015), com o objetivo de suprir a carência de profissionais habilitados, porém, só houve sete exames, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2012/2013 e 2015 respectivamente, o que mostra uma diminuição das pessoas certificadas pelo MEC:

Art. 20. **Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto**, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa. [Grifo nosso].

Pelo decreto 5.626/05, a formação em nível superior deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa. Porém, de acordo com nossas pesquisas, analisamos que somente no ano de 2008 teve início a primeira turma do curso de Letras Libras (Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Catarina, o que nos faz pensar que foi estabelecida tardiamente a oferta em curso superior de tradução, visto que a Libras estava regulamentada desde o ano de 2002, necessitando atender a demanda crescente de surdos desde o ensino fundamental até o ensino superior. O curso tem duração de 4 anos, portanto, apenas em 2012 tivemos a turma pioneira de Bacharéis.

De acordo com pesquisa que realizamos no e-MEC, o Brasil tem um total de 58 cursos de Letras/Libras, sendo 49 na modalidade de Licenciatura (85%) e apenas 9 (15%) na área de de tradução/interpretação (Bacharelado), dados que revelam uma discrepância no sentido que é feito um grande investimento na formação profissional de professores, enquanto a

classe dos tradutores precisam buscar cursos técnicos ou em outras modalidades, visto que poucos estados possuem o Bacharelado, o que nos faz pensar que comparado com a demanda crescente que temos a todo instante, é algo mínimo para um país do tamanho do nosso.

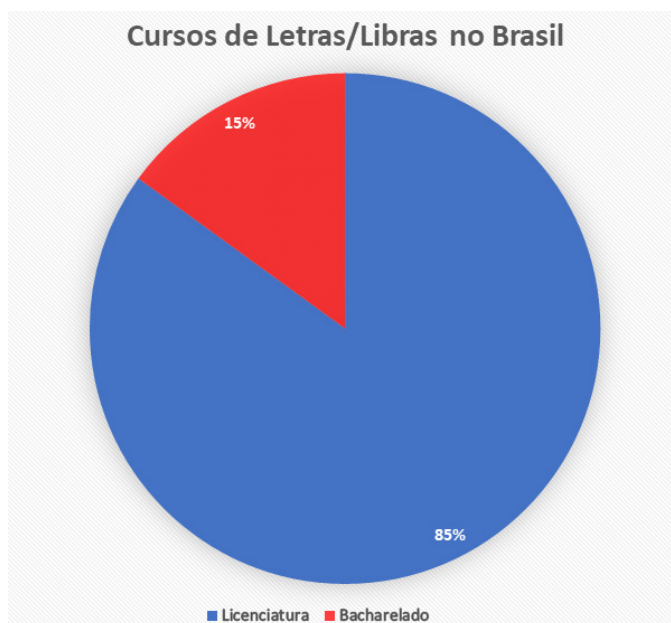


Gráfico – Cursos de Letras Libras no Brasil

Fonte: BRASIL, e-Mec, 2018. <https://emec.mec.gov.br/>

As pesquisas realizadas para compor o presente trabalho foram muito importantes para estabelecer conceitos e nos situar a respeito dos desafios da formação dos profissionais tradutores/intérpretes de Libras vivenciados na prática diária, com o objetivo de propor soluções para sanar a falta de cursos e formação de qualidade para os ILS. Quadros (2004, p. 58) faz o seguinte questionamento: “Quais as condições que são oferecidas a esses intérpretes para atuarem?”. Diante disso, observamos diversos pontos de vista, desde a falta de formação, cursos deficitários, poucos profissionais que atuam na área de formação de intérpretes, bem como a falta de interesse governamental na questão da inclusão e acessibilidade. “Quem forma os intérpretes do futuro?” (QUADROS 2004, p.58). É um questionamento muito relevante pois, atualmente, existem diversas formações para ILS, que vão desde cursos profissionalizantes a cursos superiores de Bacharelado, porém uma padronização mais adequada se faz necessária visando um futuro próximo já que a cada ano surgem surdos se capacitando, seja em cursos técnicos, de graduação e até mestrado e doutorado, tornando a atividade dos ILS cada vez mais complexa resultando em uma atuação mais aprimorada para atender às demandas atuais.

Desta forma, verificamos que muitas discussões ainda estão por vir, desde a falta de formação dos intérpretes, a qualidade/quantidade de cursos, a oferta de aprimoramento na área e a falta de investimento comparado à licenciatura que é bem mais abrangente

e também o interesse dos próprios surdos, que precisam reivindicar questões relativas a inclusão e acessibilidade, pois ainda não vemos intérpretes em hospitais, fóruns, e instituições públicas que não seja na área educacional.

CONCLUSÃO

Com o fechamento do trabalho podemos tirar diversas conclusões a respeito da formação dos Tradutores e Intérpretes de Libras no Brasil. A inclusão e acessibilidade têm sido alvos de grandes debates, porém pouco tem sido feito pelas políticas públicas nesse sentido. Com relação a área em estudo (formação dos ILS), percebemos que muitas mudanças precisam acontecer, entre elas a criação de cursos superiores de Bacharelado em Libras, que ainda é irrisório comparado com as Licenciaturas, como podemos observar nos nossos levantamentos. Muitos profissionais atuam de forma inadequada e a responsabilidade, na maior parte das vezes, é da falta de qualidade das respectivas formações que não preparam os mesmos para o mercado de trabalho, colocando em jogo a aptidão dos ILS.

Percebemos nas nossas pesquisas a relevância em retomar o exame nacional de proficiência (Prolibras), de modo que oportunize aos profissionais obter a certificação, possibilitando um maior número de pessoas capacitadas. A Libras possui três regulamentações, a oficialização da língua (Lei 10.436/02), regulamentação da lei anterior (Decreto 5.626/05) e a lei que reconhece a profissão dos ILS (12.319/10), mas percebemos que a administração pública precisa colocar em prática o que está no papel para uma melhor valorização dos profissionais, coisa que não ocorre na prática.

Como sugestão de estudos futuros, achamos relevante um maior aprofundamento sobre a questão das capacitações em áreas específicas, pois o referencial teórico é muito importante, já que o ILS se depara com diversos temas para interpretar, principalmente na área educacional, e se torna inviável a possibilidade do profissional dominar todas essas esferas.

O trabalho teve como objetivo contribuir de forma significativa para um melhor desenvolvimento profissional, visando transformar a questão da formação dos tradutores/intérpretes de Libras no Brasil, e esperamos que colabore com futuras pesquisas, com a finalidade de proporcionar inclusão e acessibilidade de forma concreta.

REFERÊNCIAS

ALBRES, N. A. A formação de Intérpretes de Libras para um serviço da educação especial. O que os currículos de cursos de especialização em Libras têm a nos revelar. In: **Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Londrina: 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/FORMACAO/201-2011.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

ALMEIDA, Elomena b.; LODI, A. C. B. Formação de intérpretes de Libras - Língua Portuguesa: Reflexões a partir de uma prática formativa. FENEIS. São Paulo, p. 109-129. 2014. Disponível em: www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=16&idart=378

Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 abril 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 11 ago. 2018.

BRASIL. **e-MEC.** [on-line]. Disponível em: http://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/login/comum_login.php?691ba69561e311dd66adaae89947c631=YWJhX21hbnRpZGE=. Acesso em 10 set. 2018.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dezembro 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec5626.pdf> . Acesso em: 11 ago. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Lei 12.319, de 1 de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 01 setembro 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 22 ago. 2018.

Ministério da Educação. **PROLIBRAS.** Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/134217/relatorio_tecnico_prolibras.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 02 ago. 2018.

Portal Educação. **O código de ética do intérprete.** Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/o-codigo-de-etica-do-interprete/13589>. Acesso em 04 out. 2018.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Brasília: MEC; SEESP, 94 p. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>
Acesso em: 20 ago. 2018.

SILVA, D. C. S. **Importância da formação profissional do intérprete de Libras de acordo com a legislação vigente.** 2012. 47 f. Monografia (Lato Sensu em LIBRAS) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

STROBEL, Karin, **História da Educação de Surdos.** Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificahistoriaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf Acesso em: 14 de agosto de 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 2, 18, 23, 31, 32, 36, 39, 53, 54, 56, 109, 110, 113

Aspectos Linguísticos 44, 45, 46, 47, 50, 51, 55

Atendimento Educacional Especializado 37, 42, 45, 51, 54

C

Cartografia 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99

Categorias de Análises Geográficas 74, 75, 82, 86

Cibercultura 60, 61, 66, 70

Comunicação 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 21, 23, 40, 44, 55, 58, 60, 67, 70, 72, 113

Contemporaneidade 6, 11, 20, 65, 71, 89

Cotidiano 5, 9, 12, 38, 66, 74, 76, 77, 86, 87, 89, 95, 98, 102, 104, 108, 112

Culturas Surdas 1, 19, 51

Curta Metragem 53

E

Educação de Jovens e Adultos 71, 74, 75, 77, 88

Educação de Surdos 1, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 33, 45, 51, 55, 56, 59, 108, 109, 110

Educação Inclusiva 34, 35, 38, 39, 59, 108, 114

Educação Profissional e Tecnológica 35, 37, 60, 62, 63, 64, 66, 68, 70, 71, 72, 89, 113

Ensino de Geografia 74, 76, 86, 87, 88, 99

Ensino Médio Integrado 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 72, 89, 93, 97, 98

Escrita de Sinais 21, 45, 48, 49, 50, 51

Espaço de Vivência 74, 86

Estágio Supervisionado 74, 75, 77, 78, 88

F

Filosofia 12, 16, 108, 109, 110, 112, 113

Fonética 51

Fonologia 21, 51

Formação 5, 6, 13, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 45, 47, 53, 54, 57, 59, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 82, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 98, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 113

H

História Antiga 3, 4, 5

História dos Surdos 2, 3, 11

História Moderna 4, 7

I

Identidades Surdas 1, 11, 18, 51, 58

Inclusão 9, 18, 21, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 53, 54, 56, 58, 59, 61, 63, 66, 109, 110

Informação 20, 22, 23, 50, 60, 61, 62, 65, 67, 69, 70, 71

Intérprete 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 33, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 111, 113

Intervenção Pedagógica 53, 99, 101

L

Letramento 10, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 89, 90, 92, 94, 97, 98

Letramento Cartográfico 89, 90, 92, 94, 97, 98

Letramento Digital 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Letras Libras 30, 31, 113

Libras 6, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 109, 110, 111, 113, 114

Língua de Sinais 2, 6, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 27, 47, 48, 49, 51, 55, 57, 58, 59, 110, 112

Linguagem 4, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 21, 51, 66, 89, 90, 93, 98, 99, 108, 109, 110, 112

M

Matemática 91, 95, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Medieval 7, 8

O

Ouvintes 1, 6, 10, 12, 23, 55, 56, 57, 58, 110

P

Políticas Públicas 32, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 108, 112

Práticas Pedagógicas 16, 54, 60, 68, 71, 104, 112

R

Representações Cartográficas 89

Revisão Sistemática de Literatura 61, 62, 63, 66, 72

Roteiro e Vídeo 53, 54, 55, 56, 57

S

SignWriting 44, 46, 47, 48, 50, 51

Surdos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 45, 46, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 65, 67, 69, 72, 108, 109, 110, 111, 112

T

Tecnologias Digitais 60, 61, 68, 70

Teletandem 68

Tradutor 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 29, 33, 51, 56, 59, 111, 113

Tradutor Intérprete 56, 113

Twitteratura 65, 67, 72

V

Vídeo 46, 47, 53, 54, 55, 56, 57

Educação em Foco: Letramentos e Acessibilidade no Ensino

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 Atena
Editora

Ano 2020

Educação em Foco: Letramentos e Acessibilidade no Ensino

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 Atena
Editora

Ano 2020